

# Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX

**Fernanda Rebelo**

**Resumo:** A partir da segunda metade do século XIX, o “nacionalismo étnico”, impulsionado pelos movimentos nacionalistas, pelas imigrações e pela ciência, ajudou a transformar raça em um conceito central nas ciências sociais. Este trabalho pretende fazer uma revisão bibliográfica em torno das questões que envolveram os temas raça, clima e imigração, como eles foram pensados, discutidos pelas elites intelectuais e políticas brasileiras entre a metade do século XIX e início do XX. Os assuntos abordados serão: as primeiras idéias sobre raça que deram origem ao racismo científico; a inserção social da ciência, através da relação entre biologia e teoria social; o problema dos determinismos geográfico, climático e racial nos trópicos; como o conceito de raça se inseria na chave da climatologia no Brasil, os debates sobre a insalubridade dos trópicos, a degenerescência da população brasileira e as possibilidades de aclimatação e aclimatação dos imigrantes; a eugenia e sua relação com as políticas de imigração; e ainda, como essas questões puderam ter influenciado as primeiras políticas migratórias no Brasil.

**Palavras-chave:** raça; imigração; história da ciência; Brasil

## Race, immigration and climate in the Brazilian social thought at the turn of the nineteenth to the twentieth century

**Abstract:** During the second half of the nineteenth century, the "ethnic nationalism", driven by nationalist movements, immigration and science, helped to turn race into a central concept in social science. This paper aims to review existing literature on issues involving race, climate and immigration. The goal is show how they were designed and discussed by the political and intellectual elites in Brazil from the mid-nineteenth and early twentieth centuries. The issues discussed will be: the first ideas about race that gave rise to scientific racism; the relationship between biology and social theory; the problem of geographic, racial and climate determinism in the tropics. This article intends to demonstrate also how the concept of race was inserted in the key of climatology in Brazil, the debates about the unhealthiness of the tropics, the degeneracy of the population and the possibilities of acclimatization of immigrants. The author aims to demonstrate how the eugenics movement influenced the immigration policies in Brazil.

**Keywords:** race; immigration; history of science; Brazil

# Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX

Fernanda Rebelo\*

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, o "nacionalismo étnico", impulsionado pelos movimentos nacionalistas, pelas imigrações e pela ciência<sup>1</sup>, ajudou a transformar raça em um conceito central nas ciências sociais<sup>2</sup>. Este trabalho pretende fazer uma revisão bibliográfica em torno das questões que envolveram os temas raça, clima e imigração, como eles foram pensados, discutidos pelas elites intelectuais e políticas entre a metade do século XIX e início do XX no Brasil. Os assuntos abordados serão: as primeiras idéias sobre raça que deram origem ao racismo científico no contexto internacional; a inserção social da ciência, através da relação entre

---

\* Estudante de doutorado, Curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Sambaíba, 351/102, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22450-140. E-mail: [feferebelo@yahoo.com.br](mailto:feferebelo@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> O termo "ciência" será sempre utilizado neste texto com o entendimento de que "Revolução Científica é o nome dado pelos historiadores da ciência ao período da história européia em que os fundamentos conceituais, metodológicos e institucionais da ciência moderna foram assentados pela primeira vez" (Henry, 1998, p. 13). Dessa forma, a ciência é também uma construção do historiador. Porém, "construção social" da ciência é também interpretada aqui, tendo como referência o trabalho de Ian Hacking (2001, pp. 10-12), no sentido das "ideas in their matrices", ou seja, que as idéias de "construção" – o construtivismo histórico – devem ser classificadas dentro de suas matrizes. Assim, devemos levar também em consideração as questões sociais, individuais e políticas, pois sem essa contextualização, as "idéias" simplesmente não existem.

<sup>2</sup> Esta discussão, sobre movimentos nacionalistas, emergência do conceito de raça e imigração, pode ser revista em artigo de Giralda Seyferth (1996, pp. 42-74), a autora utiliza como referência o termo "nacionalismo étnico", cunhado por Eric Hobsbawn (1992).

biologia e teoria social; o problema dos determinismos geográfico, climático e racial nos trópicos; como o conceito de raça se inseria na chave da climatologia no Brasil, os debates sobre a insalubridade dos trópicos, a degenerescência da população brasileira e as possibilidades de aclimatação e aclimação dos imigrantes; a eugenia e sua relação com as políticas de imigração; e ainda, como essas questões puderam ter influenciado as políticas imigratórias no Brasil.

## 2 IDÉIAS SOBRE RAÇA

Segundo Stephen Jay Gould (1999, p. 18), ao avaliarmos o alcance da influência exercida pelas ciências nas idéias sobre raça dos séculos XVIII e XIX, devemos, em primeiro lugar, reconhecer o contexto cultural de uma sociedade cujos líderes e intelectuais já estavam inseridos no pensamento de que existiam hierarquias sociais entre raças, com a supremacia do branco, o índio abaixo do branco, e os negros abaixo de todos os outros.

As grandes viagens, a descoberta do Novo Mundo e a colonização inauguraram um momento específico da história ocidental, quando começa-se a perceber a diferença entre homens e culturas. Nos relatos de viagens, esses “novos homens” eram descritos como estranhos em seus costumes e diversos em sua natureza. No entanto, é no século XVIII que os povos selvagens passam a ser caracterizados como primitivos, porque estariam no começo do gênese humano. A humanidade neste momento passa a ser dividida então em espécie, com uma única evolução e uma possível “perfectibilidade”<sup>3</sup> (Schwarcz, 1993, p. 44).

Dessa forma, entendemos este debate como uma contraposição entre o modelo igualitário da Ilustração e as doutrinas raciais. Porém, a questão da hierarquia entre a humanidade tem origem mais remota. O pensamento sobre a questão racial, em um primeiro momento, se aglutinou em duas vertentes, o monogenismo e o poligenismo.

---

<sup>3</sup> A “perfectibilidade” é um conceito chave na teoria humanista de Rousseau, resumia, conjuntamente com a “liberdade” de resistir aos ditames da natureza ou acodar neles, uma especificidade propriamente humana. Longe da concepção que será utilizada pelos evolucionistas no decorrer do século XIX, a visão humanista entedia, a partir desta noção, a capacidade inerente a todos os homens de sempre se superarem. A perfectibilidade, no entanto, não supunha o acesso obrigatório à civilização como desejavam os teóricos do século XIX. Para aprofundar esta discussão ver Lilian Schwarcz (1993, pp. 44-65) e Gould (1999, capítulo I).

O monogenismo dominou até meados do século XIX e congregou a maior parte dos pensadores que, de acordo com as escrituras bíblicas, acreditavam numa origem única da humanidade. O homem teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos o produto de degeneração maior ou menor em relação à perfeição do Éden. A origem comum garantia um desenvolvimento, mais rápido ou mais devagar, porém de todos (Schwarcz, 1933, p. 48).

O poligenismo dava uma interpretação biológica da análise dos comportamentos humanos que passam a ser vistos à luz das leis biológicas. Os pensadores poligenistas acreditavam na existência de vários centros de criação, que corresponderiam às diferenças raciais. A partir de meados do século XIX, com a sofisticação das ciências biológicas, a hipótese poligenista passa a ser a mais defendida, pois era a hipótese que carregava uma “verdade” científica. Esse viés tornou-se fortalecido sobretudo a partir do nascimento da frenologia e da antropometria, ciências que passavam a interpretar a capacidade humana tomando como referência a medição do tamanho dos cérebros dos diferentes povos. Essas novas ciências tinham o aval do método quantitativo, a estatística, tudo passa então a ser medido e calculado, o que Pierre Darmon (1991) chamou de “febre das medições”<sup>4</sup>.

### 3 BIOLOGIA E TEORIA SOCIAL

A ruptura com o pensamento Ilustrado, no século XVIII, leva então a humanidade a ser percebida como espécies, dentro da chave poligenista. Para Lilian Schwarcz (1993, p. 54), somente com a publicação e divulgação de *A origem das espécies*, em 1859, de Charles Darwin (1809-1882), que o embate entre monogenistas e poligenistas ameniza-se. A autora entende o conceito de evolução desenvolvido por Darwin como um paradigma<sup>5</sup>, pois ele dispunha de predecessores, bem como de aliados que sustentavam pontos-chaves de sua teoria<sup>6</sup>. O impacto de sua obra foi tanto que a teoria

---

<sup>4</sup> Sobre monogenismo e poligenismo ver Schwarcz (1993, pp. 48-49); Gould (1999, pp. 26-29). Sobre a frenologia, craniologia, antropometria ver Schwarcz (1993, pp. 49-54); Darmon (1991); Gould (1999, cap. 1). Gould faz também uma alusão aos problemas relacionados ao método quantitativo, no sentido de que estes estão sujeitos a condicionamentos culturais e preconceitos “a priori” dos cientistas (Gould, 1999, p. 11).

<sup>5</sup> Paradigma é utilizado aqui na chave Kuhniana: “Paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência” (Kuhn, 1991, p. 13).

<sup>6</sup> Antes de Darwin, e também de Alfred Russel Wallace (1823-1913), já existiam estudos

evolucionista passou a constituir um paradigma diluindo antigas disputas. O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza, passando a ser aplicado a diversas teorias sociais como antropologia, sociologia, história, teoria política e economia, formando uma geração social darwinista. Conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução”, “hereditariedade” passaram a ser aplicados na análise do comportamento da sociedade (Schwarcz, 1993, pp. 55-56).

No entanto, a relação entre biologia e sociologia também pode ser analisada sob um outro viés, quando se faz, por exemplo, referência aos escritos de Auguste Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903). Para John Greene (1959, p. 419), a primeira especulação evolucionária na moderna teoria social<sup>7</sup> aparece no mesmo momento em que as primeiras idéias sobre o “transformismo” na biologia aparecem, ou seja, na metade do século XVIII. Após a Revolução Francesa, surgiram propostas de criação de uma ciência social para ordenar a sociedade, banir superstições e guiar o homem para o progresso. No século XIX, a ciência social seria apontada como a solução para os problemas políticos e econômicos.

Comte funda o que chama de sociologia positivista (1830/32), sua ciência seria comprometida com as leis da evolução social. Na sua concepção, a antiga ordem havia sido destruída, não pela Revolução Francesa, mas pelo crescimento da ciência – Deus estava morto e pouco se podia fazer para restaurar a harmonia social e política, até que um novo sistema de crenças positivas fosse erigido em fundamentos científicos. A evolução social não

---

sobre plantas e animais do mundo. Estes estudos estavam intimamente ligados à emergência do colonialismo. Os cirurgiões navais e oficiais coloniais tiveram um papel muito importante no descobrimentos de novas espécies do Novo Mundo; as viagens tinham uma função clara, além de exploratórias eram realizadas também para marcar territórios. Para uma discussão sobre a Biogeografia e o ethos nacionalista ver o artigo “A science of empire: British biogeography before Darwin”, de Janet Browne (1992); Stephen Jay Gould (1987, p. 13, *apud* Schwarcz, 1993, p. 256) também se refere a outras teorias que na mesma época falavam em evolução, como as de Wallace. Ele não se refere a Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), já que para este, a evolução não se dava por meio da seleção natural, mas em função da adaptação.

<sup>7</sup> Aqui, Greene está se referindo ao escrito de Denis Diderot (1713-1784), *Rousseau's discourse on the origins and foundations of inequality among men* (1743). Neste famoso ensaio, publicado em 1754, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) desenvolveu a teoria da evolução humana. Ele chega à conclusão de que o homem começou sua vida na terra como uma criatura que não se distinguia dos outros animais a não ser por sua capacidade de se aperfeiçoar. Para aprofundar a questão ver Greene (1959, p. 419).

se daria ao acaso, mas era inevitável. Para Greene (1959, pp. 419-440), no entanto, não era propriamente da biologia de onde vinham as influências de Comte, não eram de Lamarck, mas sim dos escritos de Marie-François Xavier Bichat (1771-1802) e Franz Joseph Gall (1758-1828). Seu problema não se referia também a dúvidas sobre a transmissibilidade dos caracteres adquiridos, isso era uma idéia incontestável. Para ele, o “erro” de Lamarck consistia em assumir que os organismos estavam indefinidamente em modificação. Extinção e não modificações progressivas era a consequência das alterações, as quais destruíam o equilíbrio entre organismo e meio. Dessa forma, a principal influência de Comte teria vindo da fisiologia – Bichat e a hierarquia de organismo – e não da biologia (como na *Philosophie zoologique* de Lamarck).

Comte estava mais interessado no progresso da raça humana (branca) e menos na evolução particular de sociedades e enquanto este rejeitou o conceito darwinista de “competitividade”, Spencer o glorificou, assim como também o individualismo. Para Spencer, o desenvolvimento progressivo era atributo geral da existência, a lei universal da natureza, já para Comte, era uma característica peculiar. Existem mais divergências entre as teorias de Comte e Spencer, porém, o que é importante ressaltar aqui é a tendência que vigorava quando surgiram estes dois teóricos do social, a analogia entre sociedade e organismo, a importância dos conceitos biológicos na formação das teorias sociais. Influência que muitas vezes não veio somente da biologia, como afirma Greene (1959, pp. 419-440), mas também da fisiologia, das leis da física e da química.

#### 4 DO DETERMINISMO À DEGENERAÇÃO

Paralelamente ao evolucionismo social, duas grandes escolas deterministas<sup>8</sup> tornaram-se também influentes: o determinismo geográfico de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Henry Thomas Buckle (1821-1862) – o desenvolvimento cultural de uma nação seria condicionado pelo meio, era suficiente a análise das condições físicas de cada país para uma avaliação objetiva de seu potencial de “civilização”; - e o determinismo racial, ou “teoria das raças”, que via de forma pessimista a miscigenação, já que acre-

---

<sup>8</sup> Para Gould (1999, p. 4), o determinismo sustenta que as normas comportamentais compartilhadas, em como as diferenças sociais e econômicas existem entre os grupos humanos – principalmente de raça, classe e sexo – derivam de distinções herdadas e inatas, e que, nesse sentido, a sociedade é um reflexo fiel da biologia.

ditava, fora da chave Lamarckiana, que não existia a transferência de caracteres adquiridos, nem mesmo pelo processo de evolução social, a compreensão da mestiçagem era entendida como degeneração não só racial, mas também social (Schwarcz, 1993, p. 58).

Para Schwarcz (1993, p. 47), o termo raça foi introduzido na literatura mais especializada no início do século XIX por George Cuvier (1769-1832), que inaugura a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. O discurso racial surgia, então, como variante do debate sobre cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo, o que para Francis Galton (1822-1911), o teórico da eugenia, era resultado dos atributos específicos da sua raça.

O clima foi o fator mais invocado como principal causa da distinção racial. Para alguns, embora geradas sob a influência do clima, as diferenças já estavam definidas e eram irreversíveis, para outros, havia a possibilidade de reversão se o grupo passasse a viver num meio ambiente adequado. E ainda, alguns degeneracionistas achavam que os resultados benéficos do clima não se manifestariam com rapidez suficiente para provocar algum tipo de repercussão na história humana (Gould, 1999, p. 26).

Para Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), a possibilidade de cruzamento existiria apenas entre membros da mesma espécie, e nunca entre espécies diferentes (ver Buffon, 1845). No entanto, de acordo com Gould, o cirurgião inglês Charles White abandonou o critério de impossibilidade de cruzamento entre espécies proposto por Buffon, e citou alguns elementos híbridos bem sucedidos como as raposas, lobos e chacais. Ele refutou também a idéia de que o clima provocava diferenças raciais (Gould, 1999, p. 28).

Louis Agassis (1807-1873), naturalista suíço, discípulo de Cuvier, tinha verdadeiro temor a uma miscigenação racial através do casamento misto. Para ele, o cruzamento entre raças (espécies em separado) era antinatural e repugnante. E ainda, alegava que a espécie negra tinha sido criada para viver em condições de calor e umidade, ficaria a habitar as terras baixas do sul dos EUA, enquanto que os brancos manteriam o domínio sobre as costas e terras altas, sobre os mulatos, o seu tipo físico doentio e a fecundidade debilitada deveriam assegurar o seu desaparecimento (Gould, 1999, pp. 29-38).

A mistura de raças, na chave poligenista, apontava um fenômeno recente, o mulato personificava, então, a “degeneração”, que advinha do cruzamento de espécies diferentes, como afirmava Buffon, embora este não

remeta a mistura à degeneração e sim a uma impossibilidade de cruzamento. A miscigenação fortalecia a tese poligenista, as raças humanas, enquanto espécies diversas, deveriam evitar o cruzamento (Schwarcz, 1993, p. 57).

Esse saber sobre raças implicou um ideal político, o que Schwarcz (1993, p. 60) chamou de “prática avançada do darwinismo social”, a eugenia<sup>9</sup>, cuja meta era intervir na reprodução das populações humanas. O termo eugenia, cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883, significava melhora da raça. Mistura de movimento científico e social, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava o nascimento de proles desejáveis; enquanto movimento social procurava promover casamentos entre grupos desejáveis e desencorajava certas uniões consideradas nocivas à sociedade, nisso incluiu-se casamentos inter-raciais, entre deficientes físicos, alcoólatras, sífilíticos e outros grupos indesejáveis. Para Galton, a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação.

Para o Conde de Gobineau (1816-1882), a “degeneração da raça” era resultado último da mistura de espécies humanas diferentes, o resultado da mistura seria sempre danoso, o mestiço seria uma “sub-raça decadente e degenerada”. No Brasil, onde as idéias de Gobineau tiveram muita influência, os modelos deterministas foram bastante populares, porém, segundo Schwarcz (1993, p. 65), se fazendo um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas feitos certos arranjos teóricos para a possibilidade de se pensar sobre um país que já era mestiço.

A degeneração tomava aos poucos o lugar do conceito de evolução enquanto metáfora na explicação e desvio do progresso ocidental. Para alguns, o progresso que se restringiria a sociedades puras, sem mistura de raças, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória. O desenvolvimento de uma nação estaria vinculado diretamente a sua composição racial, o tipo ariano representaria, para Gobineau, por exemplo, um apuro racial que certamente levaria à civilização (Schwarcz, 1993, pp. 61-63).

Gustave Le Bon (1841-1931) correlacionou raças a espécies animais, baseando-se em critérios anatômicos como cor de pele, forma e capacidade do crânio, e chegou a conclusão de que era possível estabelecer que o gê-

---

<sup>9</sup> O livro de Nancy Stepan (2005) é a referência para se estudar eugenia no Brasil e na América Latina.



nero humano compreende muitas espécies separadas e de origem muito diferente, com Le Bon, raça vira espécie e o monogenismo cristão cai por terra. Hipólito Taine (1828-1893) também foi responsável pela transformação do conceito de raça no final do século XIX, além de ser entendida como noção biológica, raça passava a equivaler a idéia de nação: as nacionalidades, o clima e os temperamentos correspondem à raça (Schwarcz, 1993, pp. 61-63).

## 5 O DETERMINISMO CLIMÁTICO

A climatologia médica era a ciência que postulava ser o meio ambiente climático e telúrico um modificador complexo dos processos fisiológicos e, portanto, a origem de diversas patologias. Ela geralmente tem sido retratada como manifestação tardia da tradição hipocrática<sup>10</sup> no pensamento médico do século XIX e como algo contraditório face à tradição anatomoclínica e o desenvolvimento das pesquisas fisiológicas. A geografia médica (1820/60) instituiu a relação entre clima e doença no momento em que a prática médica era hegemonizada pelo enfoque anatomoclínico (Edler, 1999, p. 14).

A noção de meio ambiente e suas relações com os seres vivos alcançou novo significado no final do século XVIII. A noção de clima no século XVII era astrológica, referia-se a mudanças dos aspectos celestes e sua influência sobre a terra. A partir de meados do século XVIII, através dos estudos da patologia médica, diferente da antropogeografia<sup>11</sup>, foi introduzida uma nova concepção mecanicista de análise da relação entre os seres vivos e seu meio ambiente (Edler, 1999, pp. 17-19).

Paralelamente à evolução do conceito mecanicista de meio, o século XIX manteve viva a tradição hipocrática, através da antropogeografia –

---

<sup>10</sup> Tradição hipocrática vem da concepção de doença de Hipócrates e a sua “teoria dos humores” para explicar racionalmente a doença no séc. IV a.C. Segundo a sua teoria, a vida era mantida por quatro humores: o sangue era quente e húmido, a fleuma era fria e húmida, a bÍlis quente e seca e a bÍlis negra fria e seca. O hipocratismo é o retorno á tradição hipocrática no século XIX, principalmente no Brasil, movimento conhecido como neo-hipocratismo, ou seja, a visão ambientalista da doença, ou a climatologia médica. Para aprofundar esse questão ver, Edler (2001).

<sup>11</sup> A antropogeografia, na linha de Ratzel, *Antropogeografia: fundamentos da aplicação da geografia à história* (1822), propunha que a chave para o entendimento da história humana residiria na sua subordinação às influências mesológicas.

Buckle, Ratzel -, que era a subordinação do entendimento da história humana à influência mesológica. Tais suposições inspiravam-se na tradição hipocrática e se mantiveram vivas no pensamento europeu, fazendo ressonância no ambiente cultural brasileiro na segunda metade do século XIX. Raça e clima (meio) explicariam a “tropicalização” de nossa sensibilidade e o aparecimento mesmo de um “estilo tropical” (Edler, 1999, p. 20).

Lamarck, a partir de 1800, adotou uma posição anti-vitalista, tomando a vida como fenômeno físico irreduzível. Para ele, a adaptação seria um efeito do esforço levado a cabo por um organismo, visando a sobrevivência num meio totalmente diferente (Canguilhem, 1985)<sup>12</sup>. Assim, a noção de meio ambiente físico-químico, agindo mecanicamente sobre os processos fisiológicos iria penetrar gradativamente no campo médico<sup>13</sup> (*ibid.*).

No século XVIII, foram feitas inúmeras iniciativas, em países europeus e algumas colônias, para a produção de séries diárias de observação meteorológicas e as correlacionando com a estatística de certas doenças, observando a partir das circunstâncias mais gerais até alcançar aquelas particulares ao doente<sup>14</sup>. A “patologização” dos espaços tropicais alcançou uma nova dimensão na “era dos Impérios” – médicos e militares das colônias ultramar<sup>15</sup>. A política colonialista européia fez emergir o problema prático teórico de se compreender porque certas doenças estariam circunscritas a determinadas regiões do globo, enquanto outras tinham ali um impacto

---

<sup>12</sup> Para aprofundar a questão ver Edler, 1999, pp. 21-22.

<sup>13</sup> Georges Canguilhem (1977) nos fala do retorno, no século XVIII, da medicina ao hipocratismos. Porém, a partir do final do século XVIII e início do XIX, é construída uma nova situação na medicina européia que teria se dado a partir de três fenômenos: o nascimento da clínica (Foucault, 1994), o cepticismo terapêutico e o advento da fisiologia, que resultou na diferenciação e identificação de novas doenças. Na França, a construção desse novo modelo teria sido feita por François Joseph Victos Broussais (1772-1838), François Magendi (1783-1835) e Claude Bernard (1813-1878). Neste novo modelo, a doença não é um ente intra-orgânico, mas uma relação do organismo com o meio.

<sup>14</sup> Bruno Latour (2000, pp. 356-385), no tópico “Ação a distância e ciclos de acumulação”, analisa o caráter cumulativo da ciência, aquilo que se acumula nos centros, aquilo que se traz de volta através de coleções e expedições. A pesquisa feita para transformar tudo o que se faz em algo que possa ser reunido, arquivado. Assim, a ordem entre tempo e espaço é refeita através dos ensaios e experimentações, isso gera anos de experiência. Conhecimento seria aquilo que se acumula no centro, e este passa a ser capaz de dominar terras distantes.

<sup>15</sup> A biogeografia na Inglaterra e França foi uma das mais óbvias ciências imperiais nos anos de crescimento do imperialismo. Para Janet Browne (1992) parece claro que esta estrutura conceitual, metodológica e prática desenvolvida para “conhecer” animais, climas e plantas diversas, durante este período deu o tom para a expansão do ethos nacional.

diferenciado e um padrão de endemidade distinto. Em meados de 1860, começam a difundir, dentro da geografia médica, elementos que corroboravam a idéia de que tanto os miasmas como os parasitos seriam a chave explicativa capaz de esclarecer a existência de raras doenças restritas a algumas localidades (Edler, 1999, pp. 37-38, 43).

No final do século XIX, começaram as discussões sobre a influência maléfica do meio e a possibilidade ou não de aclimatação<sup>16</sup> dos europeus no Brasil, debates motivados obviamente pelas políticas de imigração européia para o país. A imigração tinha dois propósitos: o primeiro, povoar as terras inabitadas no sul do país; o segundo, a substituição da mão-de-obra negra pela européia, após o fim do tráfico negreiro.

Em 1899, o médico recém-formado Miguel Pereira defende uma tese de doutorado onde rejeita a existência da “anemia tropical”<sup>17</sup>. Se não existia este tipo de anemia, o maior entrave ao aclimatação dos europeus estaria proscrito, “a última quimera da climatologia”. Afrânio Peixoto, que era inimigo número um do determinismo climático, dizia que a aclimatação, ou seja, a adaptação de um indivíduo a clima diverso do original era uma operação fácil e imediata (Edler, 1999, p. 74).

No final do século XIX, com o advento da microbiologia no Brasil<sup>18</sup>, as controvérsias sobre a influência do meio na transmissão de doenças se aprofundam. Onde ainda não havia consenso em atribuir um parasito à etiologia de uma doença, os adeptos das febres idiopáticas iriam privilegiar o clima como fator importante. E mesmo quando os germes estavam disponíveis, os fatores climáticos eram apresentados como causa predisponente, contribuindo assim para a própria existência do germe (Edler, 1999, p. 77).

Para Nancy Stepan (1976, *apud* Caponi, 2002a, p. 120) a rede de relações entre clima, as particularidades geográficas e físicas locais e as patologias próprias dos climas quentes desapareceram no final do século XIX.

---

<sup>16</sup> Existe uma diferença entre aclimatação e adaptação: o primeiro é o processo natural de adaptação do indivíduo a clima diferente do habitual, decorrente da ação do meio ambiente sobre a economia humana; o segundo são os procedimentos higiênicos mobilizados para estabelecer um novo equilíbrio entre organismo humano e clima circundante. Sobre esta questão ver Edler (1999, p. 73).

<sup>17</sup> Para aprofundar a questão da “anemia tropical” – a perda de glóbulos vermelhos que viria com a adaptação ao meio tropical poderia predispor o organismo à doença, ou era uma patologia em si sem o concurso de outra causa? – ver Edler (1999, p. 73)

<sup>18</sup> Sobre a revolução pasteuriana no Brasil, ver Benchimol, 1999.

Dessa forma, as explicações climáticas deixariam de ter importância e seriam substituídas pelas modernas explicações fundadas nos estudos da microbiologia. No entanto, para Sandra Caponi (2002a, p. 121), é falso imaginar que somente a introdução dos estudos bacteriológicos no Brasil pudesse ter sido a causa da erradicação das enfermidades chamadas até então de “climas quentes”, como a febre amarela, para a qual o agente específico microbiológico se manteve como um mistério até 1930. A partir da emergência da microbiologia foi edificada uma nova higiene que privilegiava medidas eficazes e cientificamente fundamentadas. Desde então, o discurso higienista rodeia esse espaço ambíguo entre o moral e o técnico, onde o higienismo não se reduzia a intervenções pontuais relativas ao ar e a água, junto a elas se multiplicaram apreciações morais. Os primeiros higienistas se preocuparam não só com o contágio, mas também com outras questões sanitárias tais como as condições de vida precária, a prostituição, o alcoolismo, a alimentação, a escola (Caponi, 2002b, p. 177).

## 6 IMIGRAÇÃO E EUGENIA

Para muitos intelectuais, políticos e cientistas brasileiros da segunda metade do século XIX e início do XX, a finalidade maior da imigração européia era o “branqueamento da raça”. O branqueamento tinha como base argumentos racistas que supunham a superioridade dos brancos e a inferioridade das outras raças, em especial a negra, e buscava sua legitimidade científica nas teorias em voga na Europa e nos Estados Unidos (Seyferth, 1992, p. 18).

Os abolicionistas brasileiros previam um processo “evolucionista” com o elemento branco triunfando gradualmente e estavam até preparados para acelerar essa “evolução”, promovendo a imigração européia, a que eram favoráveis por dois motivos: primeiro, os europeus ajudariam a compensar a escassez de mão-de-obra resultante da eliminação do trabalho escravo; em segundo, a imigração ajudaria a acelerar o processo de “branqueamento” no Brasil (Skidmore, 1976, p. 40).

Joaquim Nabuco (1849-1910) defendia uma política de imigração européia que trouxesse para os trópicos uma corrente de sangue “caucásio, vivaz, energético e sadio”<sup>19</sup>. Outro abolicionista, José do Patrocínio (1854-

---

<sup>19</sup> Para Nabuco, no entanto, o problema da população brasileira não vinha da mistura de raças dentro da chave biológica de inferioridade e degeneração da raça negra, e sim dos efeitos deletérios da própria escravidão, isso também não quer dizer que ele não pensasse

1905), que era mulato, acreditava que, diferente dos Estados Unidos, no Brasil a colonização portuguesa, em vez de haver procurado destruir as “raças selvagens”, as assimilou, preparando-se assim para resistir à invasão assoladora do preconceito racial” (Skidmore, 1976, p. 40).

Durante o período alto do pensamento racial brasileiro – 1880 a 1920 – a ideologia do “branqueamento” ganhou foros de legitimidade científica, à medida que as teorias racistas passaram a ser interpretadas como confirmação das idéias de que a raça superior (branca) acabaria por prevalecer no processo de amalgamação (Skidmore, 1976, p. 63).

Então, no projeto de construção de uma identidade nacional na época de transição entre império e república, a imigração foi muito discutida: primeiro pelo fato de não haver imigração espontânea para o país, percebeu-se que isso deveria ser política de estado e que não adiantavam tentativas isoladas e independentes; segundo, as discussões sobre a possibilidade de aclimatação e aclimação do imigrante; e ainda, qual seria o “melhor” imigrante, o mais assimilável – havia também a preocupação com o enquistamento nas colônias do sul do país e os casamentos endogâmicos, já que um dos pressupostos da imigração era a possibilidade de “branqueamento” da população; havia também o pensamento de que os imigrantes europeus não resistiam à doenças tropicais, como a febre amarela, cuja grande epidemia de 1850 levou uma grande quantidade deles. A imigração aqui passa a ser entendida também como corolário de um projeto de civilização para a nação.

No final do século XIX, a principal metáfora da época, a degeneração<sup>20</sup>, trazia a convicção de que muitas doenças eram hereditárias (Stepan, 2005, p. 32), entre elas a sífilis, o alcoolismo, a loucura. Era corriqueiro o pen-

---

dentro da chave racialista como a maioria dos intelectuais da época. Nabuco era contra o pensamento de que a raça branca não se aclimataria no Brasil e contra o determinismo climático, defendia a imigração e o “branqueamento da população através da miscigenação”. Disse ele: “Em primeiro lugar, o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo; em segundo lugar, nada prova que a raça branca, sobretudo as meridionais, tão cruzadas com o sangue mouro e negro, não possam existir e desenvolver-se nos trópicos” (Nabuco, 2000, pp. 107-108).

<sup>20</sup> O antropólogo Armand Quatrefages (1810-1892) era um dos intelectuais que não pensavam que mistura de raças daria necessariamente em degeneração. Para ele, desde que, portanto, os descendentes dos africanos fossem cruzados sucessivamente com brancos, o país teria homens fortes, inteligentes e ativos. Além disso, um restinho de sangue negro, mais precisamente 1/8 dele, até teria as suas vantagens, pois a febre amarela e as afecções paludosas respeitavam a raça mista (Azevedo, 1987, p. 76).

samento de que estas doenças poderiam vir de cruzamentos de raça mal sucedidos, entre brancos e negros, ou entre brasileiros brancos e imigrantes “indesejáveis”<sup>21</sup>. Após as epidemias de febre amarela (1850) e de cólera (1885), a questão da salubridade pública fica na ordem do dia.

Entre 1873 e 1876 ocorreram novos surtos de febre amarela, só que dessa vez, os cortiços passaram a ser identificados como geradores dos germes da doença. Assim, os higienistas passaram a defender planos de transformação radical no espaço público para o bem da saúde da população (Chalhoub, 1996, pp. 87-88).

Sérgio Carrara (2004, p. 436) afirma que a partir dos anos de 1920, médicos e intelectuais passaram a enfatizar a influência de fatores ambientais (doenças, subnutrição, herança escravista, imoralidade do meio social) como responsáveis pela degeneração do povo brasileiro. O interessante é que todos esses fatores, ao contrário de raça e clima, poderiam ser alterados de forma rápida por meio de uma intervenção higienista. O problema do brasileiro deixa de ser a raça e passa a ser a doença<sup>22</sup>.

A reforma sanitária de 1920, com o saneamento dos sertões do Brasil concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático e na reivindicação de remoção dos principais obstáculos à “redenção do povo brasileiro”: endemias rurais. Para Lima & Hochman (1996, pp. 23, 26), este movimento sanitarista teve um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição do brasileiro. A mobilização em torno da idéia de saneamento reuniu importantes setores das elites intelectuais e política que participaram da criação da Liga Pró-Saneamento em 1918.

Dessa forma, nos primeiros decênios da República observa-se a disputa

---

<sup>21</sup> Chineses, negros e hindus, por exemplo, foram desqualificados como raças inferiores e sequer foram cogitados como imigrantes potenciais. Também em relação ao trabalhador nacional, não foi cogitada a possibilidade de colonização das regiões com vazío demográfico (Seyferth, 2000, p. 3). A partir de 1920, aumentam as restrições à entrada de imigrantes com a Lei dos Indesejáveis. Essas restrições eram tanto policiais quanto de natureza médica. Para Ramos (1999, p. 208) a montagem do serviço sanitário se insere num contexto mais amplo de reforma da saúde pública nas décadas de 1910/20. O Departamento Nacional de Saúde Pública fazia inspeções nos imigrantes nos portos do Rio de Janeiro e de Santos, com procedimentos de higiene no desembarque. O aparato médico-sanitário realizava ações conjuntas como o Serviço de Povoamento, o qual até os anos 1920 esteve mais voltado para a atração dos imigrantes e a partir daí se volta mais para o seu controle e vigilância.

<sup>22</sup> Sobre como a sífilis teve papel importante neste deslocamento da questão racial para a da doença ver Carrara (1996).

de duas correntes na elite brasileira: a racalista, vinculada à antropologia física e medicina-legal<sup>23</sup>; e uma segunda de matriz ambientalista representada pela Liga Pró-Saneamento. O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) atribuía ao saneamento, à higiene e à educação as melhores opções para a superação dos infortúnios vividos pela sociedade brasileira (Maio, 2004, pp. 38-39). Como afirma Stepan (2005), na América Latina, engenizar representou sanear.

Nas atividades públicas no Brasil, dos anos de 1920, estruturais e científicas, a eugenia era congruente nas ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene, numa aliança entre a Sociedade Eugênica e Liga-Pró Saneamento<sup>24</sup>. Os eugenistas brasileiros não faziam distinções entre natureza e cultura, assim, imaginavam várias ações sanitárias. No Brasil, a eugenia nos anos de 1920, no âmbito do discurso, era mais de reforma sanitária do que genética (Stepan, 2005, pp. 348-361).

Para Stepan, a imigração para a América Latina só pode ser entendida se levarmos em conta a eugenia, pois esta articulou novas imagens da saúde como questão de hereditariedade e raça (Stepan, 2005, p. 14). Imigração e eugenia eram os temas que circundavam os debates sobre a formação nacional brasileira entre 1920 e 1940. Apesar do posicionamento anti-racista de 1930, existia uma eugenia de conotação racial no âmbito das políticas migratórias, inclusive no Estado Novo com o discurso do imigrante ideal e as discussões sobre o regime de cotas de imigrantes, juntamente com a campanha de nacionalização em 1937 (Seyferth, 1997, p. 248).

A discussão sobre correntes migratórias – o imigrante desejável – tem a ver com a implementação de “qualidades raciais”. Para ser aceito, além de saúde e vigor físico, o imigrante deveria ter a cor da pele adequada. Dessa forma, o significado mais óbvio da eugenia no contexto da “tese do branqueamento” – que é a de melhora da raça – teve alguma influência nas políticas públicas voltadas para a imigração e colonização no Brasil (Seyferth, 1997, p. 252).

## 7 CONCLUSÃO

---

<sup>23</sup> Sobre essa corrente racalista da medicina legal e antropologia física ver: Corrêa (1982) e também Rebelo (2004).

<sup>24</sup> O livro de Monteiro Lobato, *O problema vital* foi publicado conjuntamente em 1918 pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento.

Os temas raça, clima e imigração convergiram no pensamento científico e social brasileiro no contexto da segunda metade do século XIX e início do XX. Fica entendido que as questões sobre raça, especificamente no Brasil, devem ser analisadas, como indica Gould, dentro do contexto cultural e a partir de “preconceitos à priori”, o fato de que as elites já possuíam um entendimento de hierarquias raciais, fruto das discussões europeias entre os séculos XVIII e XIX, a contraposição entre o iluminismo e a concepção dos evolucionistas, com a emergência do conceito de raça como espécie.

A analogia entre sociedade e organismo – a influência da biologia na análise do comportamento da sociedade e a importância de conceitos da biologia na formação das teorias sociais – deu origem ao determinismo biológico, a sociedade passa a ser um reflexo fiel da biologia, com distinções herdadas e inatas. Fora da chave lamarckiana, não há transferência de caracteres adquiridos, assim, a miscigenação vira degeneração com o desvio patológico do tipo original. O clima passa a ser visto também como fator de degeneração racial e social.

Os determinismos, climático, racial e geográfico, poderiam ser um entrave para o Brasil atingir a “civilização”, porém, a elite brasileira, de acordo com Schwarcz, faz uso das idéias deterministas, mas as reelabora, combinando monogenismo e evolucionismo para o entendimento de uma sociedade que já era miscigenada.

Com a emergência da microbiologia, o entendimento das doenças passa pelos vetores, mas não é abandonada a chave ambientalista por completo. As práticas higienistas passam a ser fundamentadas não só por medidas cientificamente orientadas, combate a vetores, mas também por medidas sanitárias, como condições de vida precária.

Uma das finalidades da imigração consistia na “teoria do branqueamento” da população brasileira. Através de um processo de caldeamento, devo dizer, dentro da chave lamarckiana, o elemento branco e seus “bons” caracteres triunfaria dentro da população, mas também os caracteres “bons” dos negros, como a resistência a certas doenças tropicais também eram bem vindos, numa nova concepção de miscigenação. Esta não levaria a uma degeneração da raça, mas a uma melhora. A imigração passa a ser entendida, então, como corolário de um projeto de civilização para o país.

A montagem do sistema sanitário no Brasil se insere num contexto mais amplo de formação de uma “nação civilizada”, com o Departamento Nacional de Saúde Pública trabalhando conjuntamente com o Serviço de Povoamento do Solo Nacional na busca pelo imigrante ideal, que era defi-



nido através de critérios médicos, sociais e comportamentais.

Dentro da chave ambientalista, no pensamento médico, a partir da reforma sanitária de 1920, a questão da raça é deslocada para o da falta de saúde da população brasileira. Os médicos sanitaristas tinham a tendência de rejeitar os determinismos raciais e climáticos, salvo alguns grupos dentro da medicina legal e da antropologia física.

Eugenizar no Brasil vira então sanear. A eugenia à brasileira era congruente às ciências sanitárias, entendida por alguns como um ramo da higiene. A imigração, só pode ser entendida, então, se levamos em conta a eugenia e a influência de um certo pensamento racista nas políticas migratórias, que, como foi sugerido por Seyferth, partia de uma qualificação do imigrante ideal que deveria ser branco.

No estudo dos temas raça, clima e imigração no Brasil fica entendido a necessidade de se levar em conta as questões sociais no âmbito da pesquisa em História da Ciência, a proposta seria então de uma “construção social” da ciência. No entanto, dentro da proposta de Ian Hacking – “the ideas in their matrices”. Dessa forma, as idéias não existiriam num vácuo, e as suas matrizes seriam formadas no complexo institucional, nas experiências individuais, na produção e divulgação científica. As idéias para serem entendidas devem ser classificadas. Assim, “raça”, “clima” e “imigração” não são pontos de partida para se pesquisar algo, mas podem vir a ser a partir do momento em que são construídos e pensados mutuamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elite no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz/UFRJ, 1999.
- BROWNE, Janet. A science of empire: British biogeography before Darwin. *Revue d'Histoire de Sciences* 4: 453-76, 1992.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc (1749). *Histoire naturelle, générale et particulière, in Oeuvres*. vol. I. Paris: Hachette, 1845.
- CANGULHEM, Georges. *Idelologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- . *La connaissance de la vie*. Paris: Librairie de Philosophie J. Vrin, 1985.
- CAPONI, Sandra. Trópicos, micróbios e vectores. *História, Ciência e Saúde – Mangueiras* 9 (suplemento): 111-138, 2002 (a).

- . Miasmas, micróbios y conventillos. *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* **54** (1): 155-182, 2002. (b)
- CARRARA, Sérgio Luiz. *Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- . Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. Pp. 427-453, *in*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na belle époque: a medicalização do crime*. Trad. de Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- EDLER, Flávio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- . De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* **8** (suplemento): 925-943, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2. ed. Trad. de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GREENE, John C. Biology and social theory in the nineteenth century: Auguste Comte and Herbert Spencer. Pp. 419-446, *in*: CLAGETT, Marshall (ed.). *Critical problems in the history of science*. Madison: University of Wisconsin Press, 1959.
- HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- HENRY, John. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*. Trad. Maria Luiz Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- HOBSBAWN, Eric. *Nations and nationalism since 1780*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. Trad. Beatriz

- Vianna Boeira & Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Trad. Patrícia Coelho. São Paulo: Unesp, 2000.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. Pp. 23-40, *in*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. Pp. 15-44, *in*: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar o fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- REBELO, Fernanda. *A Penitenciária de Florianópolis e a medicalização do crime (1935-1945)*. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- . Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. Pp. 41-58 *in*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- . Questões eugênicas no Brasil: Eugenia, racismo e o problema da imigração no Brasil. Pp. 248-252, *in*: ALVES, Isidoro; GARCIA, Helena Moraes (orgs.). *VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Anais*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1997.
- . Imigração no Brasil: os preceitos da exclusão. 01/12/2000. *Revista Comciência* (16): 20-25, 2000. Revista eletrônica. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm>>

- STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Trad. Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.